

ECONOMIA GAÚCHA: OBJETO CONTRADITÓRIO

Enéas Costa de Souza *

*“O todo sem a parte não é todo,
A parte sem o todo não é parte,
Mas se a parte o faz todo, sendo parte,
Não se diga que é parte, sendo todo.”*

(Gregório de Matos)

Discutir a inteligibilidade da economia gaúcha, assumindo algumas questões teóricas originadas do atual debate,¹ é o objetivo deste trabalho. Sem dúvida, o ponto básico da discussão é de que modo, a partir da dinâmica do capital no Brasil, se organiza — como resultado e ao mesmo tempo como novo ponto de partida — a economia rio-grandense no interior da totalidade econômica nacional.

Da nossa preocupação — o estudo da economia do Rio Grande do Sul — fazemos um movimento teórico que envolve duas linhas. De um lado, um retorno aos **25 anos de economia gaúcha** e, de outro, um afastamento, buscando um avanço; ambos, porém, **guiados por questões do presente**. O diálogo com o referido texto não está movido, portanto, nem pelo canto da saudade, nem pelo desejo de descartá-lo facilmente, como se fosse o sangue de um cadáver já morto. Vincula-se a um esforço a), para aclarar teoricamente um tipo de abordagem e aprofundar as suas conseqüências, e b), para definir também, nessa discussão, as propriedades da economia gaúcha. Com essas análises caminhamos, por acumulação de conhecimentos, a tornar explícita uma teoria que vem sendo denominada de teoria da subordinação. Trata-se de um movimento, que recua e progride, no rumo da elaboração de conceitos e características, pontos e idéias. Portanto, que não se enxergue uma tentativa obsessiva de reivindicar como imutáveis os conhecimentos inseridos nos **25 anos de economia gaúcha**. Sobretudo porque este estudo está aí como **memória**, para que hoje se possa dar um sentido atual e, em muitas facetas, completamente

* Técnico da FEE, professor da UNISINOS.

¹ Ver Ensaaios FEE, v. 4, n. 1, 1983.

diferente daquilo que em um dia se pensou. Aprimorar e modificar, ultrapassar e rejeitar fazem parte dos vôos e acrobacias intelectuais do presente.

Dado o propósito básico, a inteligibilidade da economia gaúcha, podemos explicitar a meta deste trabalho: mostrar como a economia gaúcha é um objeto contraditório. Na trajetória da exposição, buscaremos também caracterizar quais as propriedades desta economia.

Totalidade Orgânica e Esquemas de Reprodução

A visão dos 25 anos de economia gaúcha (tomos da agricultura e indústria principalmente) trabalhou a economia como totalidade orgânica, onde o todo e as partes revelam o movimento do capital. Cabe examinar os dois volumes citados e fazer uma **operação de explicitação**. Consiste ela, simplesmente, no seguinte: pôr ao sol — à luz e às claras — o aparelho conceitual usado, desocultando o subsolo teórico que permitiu a sua geração.

Neste explicitar seguimos um percurso complexo: além de tratarmos de ressaltar os conceitos de totalidade orgânica, dos esquemas de reprodução, subordinação, etc., tornamos saliente a relação economia gaúcha/objeto contraditório.

A seqüência das análises é a seguinte:

- a) **articulação economia brasileira/economia regional e os esquemas de reprodução;**
- b) **esquemas de reprodução e subordinação;**
- c) **esquemas de reprodução e as propriedades da economia gaúcha;**
- d) **esquemas de reprodução e periodização;**
- e) **contradição real e objeto contraditório.**

a) Articulação economia brasileira/economia regional e os esquemas de reprodução

A primeira conquista da análise dos 25 anos de economia gaúcha foi a idéia de articulação de nossa economia com a economia brasileira. Assim, o tomo da agricultura postula como objeto de análise a “articulação da economia rural do Rio Grande do Sul com a economia brasileira” (Fundação de Economia e Estatística, 1978, p.8). O tomo da indústria, por sua vez, explicita que:

“... a presente análise tenta assimilar os processos regionais aos verificados a nível nacional, procurando não perder de vista as **relações orgânicas** (grifo nosso) que se estabelecem, modificam e desfazem entre a economia regional e o processo de acumulação nacional no transcorrer do tempo” (Fundação de Economia e Estatística, 1976, p.14).

O primeiro trabalho ainda frisa, quase como uma tomada de concepção desenvolvida nos dois volumes, que “a idéia de que existe uma articulação entre o Rio Grande do Sul e o Brasil implica dizer que ocorrem, entre os dois, relações econô-

micas definidas” (Fundação de Economia e Estatística, 1976, p.8). Essa conexão era vista sob o império da dinâmica do capital, descrita como processo de acumulação e organizava, através dos esquemas departamentais de Kalecki, a concorrência intercapitalista.

Como se estruturava esta visão?

Em primeiro lugar, ficava claro: a economia era pensada como “totalidade orgânica”, o que implicava concebê-la como um todo constituído por conexões. Os esquemas departamentais de Kalecki funcionavam para traçar, delinear o elo que estabelecia a concorrência entre os capitais, dispostos numa determinada interação, vinculação. O capital era o princípio que organizava a totalidade, hierarquizava as partes e, sobretudo, dava a estas funções a cumprir no movimento do todo. As primeiras versões do trabalho sobre agricultura enfatizavam este caráter funcional.² Quer dizer que a dinâmica do capital dava, na sua disposição em departamentos, a cada capital — poderíamos dizer melhor, a cada parte — um papel nessa organização. Este papel é a sua contribuição na expansão do capital. Portanto, a idéia de função tinha o sentido de mostrar que qualquer unidade produtiva, qualquer segmento de atividade, etc. desenvolve a sua produção (seja ela a do latifúndio ou a do minifúndio agrícola, por exemplo) em benefício do processo de acumulação.³

Os esquemas de Kalecki tinham, portanto, a finalidade de dar organicidade, conexão, articulação, mas também hierarquia e fluidez a toda atividade produtiva, logo, à totalidade econômica. **Eles apreendem o elo entre o movimento do capital total e a distribuição da concorrência intercapitalista.**

Podemos, então, enunciar a tese deste item: os esquemas kaleckianos mostram a economia como uma totalidade orgânica, isto é, uma totalidade articulada, onde se registram — através do princípio ordenador do capital — tanto o movimento do capital total quanto a organização departamental da competição dos capitais. É com base nesta concepção que os **25 anos de economia gaúcha** defendem o pensamento de que a economia regional só tem unidade na articulação com a economia brasileira.

b) Esquemas de reprodução e subordinação

A grande vantagem dos esquemas kaleckianos é que eles mostram a presença da totalidade nas partes e, ao mesmo tempo, a sua diferença delas, indicando, pois, a submissão organizativa das partes ao todo. Ou seja, há uma hierarquia na qual a dinâmica dos departamentos, resultado da dinâmica do capital, impõe ordem, re-

² Na 2ª edição do tomo sobre agricultura são publicadas partes das primeiras versões, editadas anteriormente nos **Indicadores econômicos RS** (1977, v. 5, n. 1 e n. 2).

³ “... função tem no presente texto o sentido de que algumas partes do sistema produtivo respondem a outras, cumprindo um papel de viabilizar a acumulação nos setores líderes” (Fundação de Economia e Estatística, 1978, p.8).

lações, funções aos vários capitais distribuídos nos diversos departamentos. Assim as economias regionais, incorporando concomitantemente suas partes desatadas (sobre as quais falaremos adiante), sofrem a imposição da lógica do todo, da lógica da dinâmica, da lógica do capital. Dessa forma, mesmo São Paulo está submetido a ela.

“... a questão está na subordinação do Rio Grande do Sul à economia brasileira, que eventualmente põe São Paulo hierarquizando-se ao nosso Estado, mas sabendo-se que aquele também está subordinado no todo...” (Souza, 1983, p.171).

E essa subordinação se dá pelas possibilidades oferecidas às economias regionais de montarem a sua estrutura produtiva (agricultura, indústria) e a sua estrutura de serviços (mercantis, públicos e financeiros). Quem diz possibilidades diz também impossibilidades, isto é, a economia brasileira determina os espaços a serem preenchidos, as especializações a serem seguidas; há uma divisão inter-regional do trabalho que se estabelece num determinado momento. Logo, fecham-se as possibilidades de expansão de capitais em outras regiões. Só uma crise do padrão de acumulação nacional desfaz a unidade do padrão para refazê-la numa outra organização da acumulação. Só aí as especializações regionais podem-se alterar substancialmente.

O conceito de subordinação desenvolvido para estabelecer as relações entre a economia nacional e a economia regional tem o mesmo estatuto teórico — não a mesma posição teórica — daquele empregado no **Capítulo inédito**, quando Marx trata da subordinação real e formal do trabalho ao capital.⁴ Ou seja, é um elemento estrutural — a produção de bens de capital — que define a subordinação. Aqui também temos esse elemento estrutural. Significa que a organicidade da totalidade econômica — com suas determinações, suas possibilidades, seus limites, suas transformações no tempo — é estrutural e hierarquicamente superior a partes dessa estrutura. Ou seja, a coerência da economia brasileira não depende da coerência das economias regionais, pois a coerência destas é tributária da unidade da totalidade, que é a economia nacional.⁵

A segunda tese deste texto se expressa assim: a dinâmica do capital, desdobrando-se numa dinâmica departamental, define a articulação economia brasileira/economia regional (gaúcha) como uma relação de subordinação da segunda à primeira.

c) Esquemas de reprodução e as propriedades da economia gaúcha

Os 25 anos de economia gaúcha usaram os esquemas de reprodução do modo como Conceição os usou na sua tese **Acumulação de capital e industrialização no**

⁴ Ver Marx (1971, esp. pp. 199-201)

⁵ Ver também Almeida & Lima (1983, p.151-66) e Souza (1983, p.171-2). A posição antagônica encontra-se em Castan (1983, p.175-90).

Brasil (Tavares, 1974). Partia ela de Kalecki, que por sua vez trabalhava sobre Marx. O que vamos responder aqui, como preâmbulo da questão sobre as propriedades da economia gaúcha, é: a) qual a transformação que Kalecki fez nos esquemas de reprodução de Marx; e b) qual a peculiaridade no emprego dos esquemas kaleckianos nos **25 anos de economia gaúcha**.

Começamos dizendo que Marx busca, através dos esquemas de reprodução, examinar a viabilidade e a sustentação da conexão econômica, de um lado, e, de outro, a forma como se dá a distribuição do valor do capital global na produção (Tavares, 1978, p. 7, nota 1). Para compreender os objetivos de Michal Kalecki quanto aos esquemas de reprodução é preciso posicionar adequadamente este autor na história da economia. Ele surge na tradição da Crítica da Economia Política e se adentra nas questões urgentes dos anos 30 — os problemas do desenvolvimento capitalista, dialogando com keynesianos e parakeynesianos. O tema que a época coloca é a transformação do sistema a partir de dois planos: a desregulação, ou a necessidade de regulação, no capitalismo moderno, e a necessidade de expansão do capital diante dos problemas da demanda efetiva.⁶ A nosso ver, para tentar enfrentar o debate dessas questões, Kalecki patrocina uma transposição feliz, deslocando a compreensão da reprodução do livro II de **O capital** para o livro III e colocando-a no meio das questões da concorrência intercapitalista. É esse o ponto que nos interessa aqui.

Kalecki fez, então, uma alteração formal profunda na apreensão da concorrência. Com os esquemas dinâmicos, a disputa capitalista adquiriu a consistência própria da reprodução, qual seja, a da articulação e reciprocidade simultânea dos capitais. A primeira vantagem foi assumir a concorrência como uma totalidade interligada. Era como se houvesse uma amálgama incorporando aos capitais os efeitos da sua atuação. Dito rapidamente: a dinâmica contém uma apreensão sincrônica. A segunda foi distribuir a concorrência em posições diferenciadas, em departamentos (DI, DII, DIII). E com um acréscimo: estabelecendo uma hierarquia na dinâmica. Para vê-la, basta considerar a ênfase em DI. Com esses benefícios, Kalecki deu a formalização necessária para que a concorrência intercapitalista não fosse tratada, setorial e intersetorialmente, como uma simples competição de mercados, mas como uma concorrência orgânica. Assim, como aparece evidenciada a submissão dos capitais particulares ao capital total, ficam claras igualmente as suas funções na expansão cíclica da economia. O que Kalecki toma do livro II de Marx, para captar o “crescimento global e setorial de uma economia capitalista”, como também para “verificar quais são os seus problemas de produção e distribuição para manter o equilíbrio dinâmico” (Tavares, 1978, p. 7, nota 1), nada mais é do que a necessidade de inter-relação dos capitais organizados pela demanda final. Propõe com tal pro-

⁶ Ver sobre os esquemas de reprodução e a demanda efetiva Miglioli (1981). Ver também sobre a controvérsia da demanda efetiva no Brasil: Castro (1979), Possas & Baltar (1981); Castro (dez. 1979/ago. 1980); Belluzzo & Tavares (1981); Castro (out./dez. 1981); Braga (1983).

cedimento o decisivo: **uma ordem na reprodução ampliada do capital, determinando os movimentos da concorrência** (Kalecki, 1977, p.1-18).⁷

Para a análise da economia capitalista, os esquemas kaleckianos tiveram e têm uma grande importância em termos de articulação e de totalidade. Pois, como vimos no item a, ao apreender a economia através da divisão em departamentos e revelando a forma de conexão na dinâmica do capital, kalecki permite dar à totalidade — a nível da estrutura produtiva e distributiva — uma coesão e uma solda que asseguram a plena posição das partes, seja em relação às demais partes, seja em relação ao todo. Com isso esquematiza, como ninguém na literatura econômica do século XX, o que se chama de “totalidade orgânica”, evidentemente na economia. Compare-se a sua solução com a organização econômica de Keynes.

Pois é dentro dessa visão que os esquemas kaleckianos são empregados na economia brasileira. Nos **25 anos de economia gaúcha** a concepção é a mesma, mas com aproveitamento diferente, o que prova a sua ductibilidade.

Como foram utilizados os esquemas kaleckianos?

De um lado, seguem a utilização de Maria da Conceição Tavares para a dinâmica da economia brasileira. Mas, de outro, cometem uma heresia, aplicando os esquemas a uma economia regional. Como superar a objeção de que não podem ser usados numa parte, mas apenas no todo? O que procurávamos fazer teve a seguinte solução: ver como, no esquema departamental instalado no Brasil, o Rio Grande do Sul articulava a sua economia. Era como se os esquemas fossem praticados duas vezes. Uma, para captar a dinâmica do “crescimento global e setorial” da economia da Nação e, outra, numa espécie de esquema fraturado, que nos radiografasse quais os **eixos de acumulação** na estrutura produtiva rio-grandense. Buscávamos que nos mostrassem — e só os esquemas o revelariam! — “uma **desarticulação interna** (grifo nosso) na economia estadual” (Fundação de Economia e Estatística, 1976, p.143).

Dessa forma, é preciso repetir: os esquemas kaleckianos são “usados” duas vezes. A primeira para articular a totalidade da economia brasileira e a segunda para expor a desarticulação do Rio Grande do Sul. Mas sempre com a visão do todo. Ou seja, só o todo nacional pode ser mediação das partes regionais. Então, a candente conclusão: a economia gaúcha não tem a unidade da parte. E por não ser parte não é um todo parcial. Ao contrário, ela está fragmentada em partes, disper-

⁷ “Aqui, no livro III, não se trata de formular reflexões gerais acerca desta unidade [do processo de produção e do processo de circulação], senão, pelo contrário, de descobrir e expor as formas concretas, que brotam do **processo de movimento do capital, considerado como um todo**. Em seu movimento real, os capitais se enfrentam sob estas formas concretas, nas quais tanto o perfil do capital no processo direto de produção como seu perfil no processo de circulação não são mais do que momentos específicos e determinados. As manifestações do capital, tal como se desenvolvem neste livro, vão acercando-se, pois, gradualmente, à forma sob a qual se apresentam na superfície mesma da sociedade através da **ação mútua dos diversos capitais, através da concorrência**, (grifo nosso) e tal como se refletem na consciência habitual dos agentes de produção” (Marx, 1946, p.45).

sa em eixos de acumulação. É como se seu corpo fosse um composto de soltas partes, flutuando à cata de unidade.

Mas unidade ela tem, dada pela economia brasileira. O que precisamos nesta análise é pôr à mostra a dupla propriedade (os eixos de acumulação e a desarticulação interna) que fazem saltar, a olhos lúcidos, a impossibilidade de considerar a economia gaúcha como autônoma.

Conceituamos eixo de acumulação o elo realimentador de um conjunto de atividades que faz com que a reprodução dos diversos capitais dele integrantes tenha uma certa interdependência. Nesse sentido, é um conceito que estamos apresentando e nomeando. Porém nós achamos que ele já está lá nos **25 anos de economia gaúcha** como idéia informulada, sugerida descritivamente como “articulação endógena”. Senão, vejamos: “No contexto redefinido, a indústria de transformação do Rio Grande do Sul passou a atrelar-se ao centro dinâmico do País via produção de bens intermediários. Ao mesmo tempo, gesta-se o embrião de uma possível articulação interna ao Estado, na medida em que são produzidos equipamentos, máquinas, adubos e fertilizantes para a fração da agricultura regional que está montada em moldes capitalistas. Portanto esse novo padrão nacional de acumulação impõe à economia estadual um processo de especialização que se desenvolve simultaneamente por duas vias distintas: de um lado, integrando os estabelecimentos de certos gêneros da indústria de transformação gaúcha diretamente ao núcleo central da economia brasileira e, de outro, articulando algumas unidades industriais à agricultura do Estado. Esta articulação endógena, entretanto, seria de natureza distinta daquela vigente no padrão de acumulação que se esgotou nos anos cinqüenta. Agora, trata-se de uma vinculação entre agricultura e indústria determinada, em última instância, pelo papel que o Setor Primário estadual passa a desempenhar no processo nacional de acumulação. Note-se, no entanto, que essa nova articulação interna seria muito mais dependente das necessidades do padrão nacional ora vigente do que aquela que se verificou no padrão anterior” (Fundação de Economia e Estatística, 1976, p.143).⁸

Vista do modo como foi vista, na economia gaúcha — e cremos que em toda economia regional — encontramos dois tipos de eixos de acumulação. De maneira prosaica, podemos caracterizá-los como eixo de acumulação interno — aquele onde a reprodução dos capitais se dá predominantemente no espaço interno da economia regional — e como eixo de acumulação externo — aquele onde prepondera a reprodução do capital através de uma articulação com o resto da economia.

Quanto à propriedade de desarticulação interna, como já foi sugerido, esta pode ser definida como a ruptura existente numa economia regional dada pela impossibilidade de reproduzir-se autonomamente. Logo, essa economia não é um objeto monolítico, inteiriço, que se torna falso se o quisermos como unidade independente,

⁸ “... a articulação endógena no padrão anterior ficava circunscrita ao Departamento III, produtor de bens de salário ...” (Fundação de Economia e Estatística 1976, p.143, nota 11).

porque ele está estilhaçado. E desse modo a economia gaúcha, e quem sabe uma economia regional, não pode ser pensada solitariamente, apenas na relação. Repetindo, na linguagem do todo e da parte, uma parte só é plena se tem unidade e, nesse sentido, a economia regional não é parte. **São diversas partes.**

Estamos, agora, em condições de formular a terceira tese deste artigo: a transformação que Kalecki opera nos esquemas de reprodução de Marx, trasladando-os para a área da concorrência intercapitalista, possibilita, quando aplicada na apreensão da economia gaúcha, a consideração de que ela não é uma parte da economia brasileira. Ao contrário, as propriedades da desarticulação interna e dos eixos de acumulação caracterizam-na como segmentada em partes. O dinamismo econômico vem da economia brasileira como um todo, mas o impulso surge de dois lugares: um da economia externa, atrelado a eixos de acumulação de fora do Estado; e outro da própria economia, que são os eixos de acumulação internos.

d) Esquemas de reprodução e periodização

O tempo é inerente à abordagem dos esquemas kaleckianos nos **25 anos de economia gaúcha**, pois “a subordinação não tem conotação a-histórica” (Lima, 1983, p.161). De fato, não é possível entender a subordinação sem a dinâmica, a dinâmica sem a história e a história sem o tempo.⁹ Daí que é substancial perceber que as figuras da totalidade econômica brasileira evoluem, se transformam e se modificam.

Na verdade, o esmiuçamento e o destrinchar da análise aqui é da relação totalidade e história. Vamos discuti-la em termos de Brasil, pois nossa preocupação se volta para o exame do elo economia brasileira/economia regional (gaúcha). Dando por suposto que o movimento da totalidade é dado pelo capital – o que existe na realidade são figuras dele – caracterizada cada etapa como um momento da totalidade. Nesse sentido, temos, de um lado, as etapas da economia nacional e, de outro, as posições que as economias de uma região ocupam nos diversos períodos.

Podemos dividir o capitalismo brasileiro nos seguintes períodos: 1888-1933: nascimento do capitalismo; 1933-1955: industrialização leve; 1956/198... : industrialização pesada (1º ciclo: 1956-1967; 2º ciclo: 1968/198...).¹⁰ Ora, em cada uma, a posição subordinada do Rio Grande do Sul – bem como de todas as economias estaduais – toma uma forma.¹¹ Isso quer dizer que a mudança de forma pro-

⁹ Embora os esquemas kaleckianos, acoplados à teoria do ciclo, sirvam para discutir o curto prazo, eles têm uma estrutura capaz de captar as transformações da economia capitalista – vide, por exemplo, o próprio emprego e análise dos esquemas por parte de Tavares (1978) – além do que não são incompatíveis com as questões tendenciais.

¹⁰ Sobre o tema ler ou ver: Mello (1982), Fernandes (1976), Cano (1977 e 1981), Aureliano (1981), Silva (1976) e Serra (1982, pt. 1 e pt. 2).

¹¹ Ver os trabalhos de Wilson Cano (1977 e 1981).

voca também uma alteração — modificação ou supressão — nas propriedades das economias regionais. Por exemplo, no período da industrialização leve, a totalidade econômica brasileira, apresentava-se com uma unidade solta, suavemente articulada, já que o dinamismo se dava a partir dos bens de consumo não duráveis, com um tênue desenvolvimento complementar nos bens de capital. Todavia não estavam constituídas, internamente, as forças produtivas capitalistas (D_p); tínhamos um capitalismo sem bases próprias. Assim, nessa figura, as economias regionais se apresentavam isoladamente, o que permitia registrar nelas um grau maior de coesão interna. Entretanto a dinâmica do capital age no sentido da concentração e da centralização, o que instala no País, sobretudo após o início da industrialização pesada, um processo de homogeneização do mercado nacional. Essa nuance apenas reforça a idéia de que temos uma nova totalidade em curso. Ou seja, a dinâmica da totalidade permite caracterizar uma trajetória com etapas diversas, articulando de várias formas as economias das regiões brasileiras. As evoluções dessas figuras constituem as etapas do capitalismo no Brasil. O próprio trabalho da série **25 anos de economia gaúcha**, volume da indústria, numa passagem já citada — nota 8 deste texto —, mostra que o eixo de acumulação se dava no interior do Departamento III, tanto horizontal como verticalmente. Era uma forma de subordinação distinta daquela que se dará posteriormente.

A subordinação, dentro da proposta de trabalho em exame, aponta, de um lado, à posição do capital e da concorrência capitalista num determinado momento da história e, de outro, à dinâmica da posição do capital. O processo dessas transformações produz paisagens e configurações que mostram a organização e a reorganização da totalidade. Por essa razão o caráter da subordinação assume, cada vez, um novo sentido. Temos as **figuras da subordinação** que marcam os períodos históricos e as etapas do desenvolvimento regional, assegurando assim um critério sólido — e harmônico com a economia maior — para a periodização histórica.

A quarta tese do artigo pode ser sucintamente proposta: a subordinação das economias regionais segue, sob forma de figuras, a dinâmica do capitalismo no Brasil. E os esquemas de reprodução acoplados a esta dinâmica permitem a fixação do caráter de cada figura, bem como com a trajetória da transição de uma para outra.

e) Contradição real e objeto contraditório

Completada a operação de explicitação dos conceitos dos **25 anos de economia gaúcha**, podemos chegar a uma conclusão: a construção da economia rio-grandense como um objeto autônomo é a fabricação de um objeto fantasma. A fracionária natureza da economia regional indica-nos outro caminho: colarmo-nos criticamente ao real, para fazer sobressair a existência de um objeto contraditório. A teoria tem que expressar a própria contradição do real. Se a realidade se revela através da articulação economia brasileira/economia gaúcha como contraditória, nós só podemos trabalhar com essa contradição. Aprendermos de forma crítica a economia gaúcha é apreendê-la a partir da economia brasileira. A contradição do real ex-

pressa-se teoricamente num objeto contraditório. Construir um falso objeto, quer dizer, elidir a contradição, é fazer o jogo das forças que tentam abafar o tempo e a história. Por isso, hoje, dar à idéia da economia gaúcha o estatuto de objeto autônomo é suprimir a contradição imaginariamente.

Mas há também uma outra forma de ocultar o objeto contraditório. É aceitar a economia gaúcha integrada na economia brasileira — o que é um passo à frente —, mas sem diferenciá-la, sem mostrar a qualidade de sua relação. A articulação, a subordinação, as propriedades da economia regional e as figuras da subordinação — expressas no nosso texto — são tentativas de qualificar as características da contradição. Contrariamente, se eliminarmos a expressão da qualidade, anularemos a apreensão dos sentidos das mudanças. Ficamos apenas com as diferenças quantitativas e provocamos a gênese de um objeto homogêneo, idêntico em flagrante oposição com a contradição da realidade. Que se entenda bem: não promulgamos o abandono do quantitativo, mas a necessidade de qualificá-lo. Daí ser a totalidade que elegemos uma totalidade orgânica, onde as conexões e as articulações da economia não dissolvem a dinâmica do capital num elenco de espectros estatísticos. A elisão de conceitos que organizem e se apropriem do significado dos crescimentos diferenciados e variados é o mesmo que criar um objeto idêntico para uma realidade contraditória.

Parece-nos, também, que o equívoco vem da forma como é empregada a abstração no tratamento da economia gaúcha. Ao caracterizarmos que a unidade da referida economia é provida pela economia nacional, chegamos à idéia de que ela não é um objeto pleno, já que está dilacerada em frações. Rigorosamente, a economia gaúcha não é parte, ela é constituída de partes. Mas essas partes podem ser reunidas no movimento da economia brasileira, recolhidas na dinâmica do capital. O que se precisa, então, é qualificar a dispersão das partes e a reunificação na dinâmica. Dar às partes seu sentido de partes e dar a esta pseudounidade — a economia gaúcha — o seu estatuto de objeto contraditório, indicativo da própria contradição da realidade.

Precisemos, num passo a mais, o problema da abstração, pois ele é importante para o isolamento das partes e para que se possa chegar ao objeto de estudo. No nosso caso, quando dizemos que a unidade da economia gaúcha é dada pela economia brasileira, não dizemos que é dada por esta ou aquela parte da economia brasileira. Assim, não é a indústria brasileira que é a unidade da indústria gaúcha, nem a agricultura brasileira da agricultura gaúcha. Embora a agricultura e a indústria gaúchas possam ser partes da agricultura e indústria nacionais, o que dá, de fato, unidade ao todo é a economia brasileira. Pois só esta, expressão da dinâmica do capital no Brasil, pode situar, posicionar e indicar o sentido da indústria brasileira e suas partes, da agricultura e seus segmentos. De onde, a necessidade de conceber a abstração de forma integral, possibilitando a análise e a síntese. Para nós a seletividade da parte depende das articulações objetivas do real, para que a parte seja posta à luz sem lesão. Mas é preciso atentar também para o fato de que a abstração não pode desprever a presença do todo na parte como parte, sobretudo porque jamais o todo é simples adição de partes.

É lícito dizer que a realidade é sempre presente como dado inaugural da relação de conhecimento e que a abstração não pode machucar a parte autêntica, nem impedir que ela possa ser recuperada no movimento do todo, no momento da síntese. Considerando as nossas análises efetuadas neste texto, cabe enunciar que os esquemas de reprodução possibilitam a separação do objeto efetivo, no nosso caso, do objeto contraditório, uma vez que apreendem as verdadeiras articulações do real, sem as desvincular do todo.

Por isso, o retorno/avanço na discussão dos **25 anos de economia gaúcha** propicia à tese básica do nosso atual trabalho: **o objeto contraditório é uma construção para dar inteligibilidade à contradição do real**. Pois a contradição, parodiando João Cabral de Mello Neto, no *Auto do frade*: “É a lei que monta o espetáculo”.¹²

¹² Sem dúvida, a economia gaúcha está segmentada em partes. Porém na linguagem comum ainda se trabalha como se ela fosse uma parte da economia brasileira. Falamos sempre como se ela fosse um todo parcial. Mas, na verdade, essa não é uma realidade nominalista. Há algo por trás que se expressa nesta linguagem. Há uma outra contradição, além daquela examinada neste texto. Trata-se da contradição entre o Estado Regional e a fraturada economia gaúcha. A tensão do conflito concentra-se, no caso, num extremo, no Estado Regional como frágil unidade da economia. Pois é através dela, dessa unidade, que ele tenta, seja por planos, seja por programas ou por reivindicações na órbita federal, ordenar as atividades produtivas e econômicas. Mas essa unidade, voltamos a dizer, é frágil. Frágil, porque o Estado Regional está submetido a uma outra contradição, entre o Estado Nacional e ele próprio. Como em toda contradição, temos um lugar do conflito. Na presente, a sua localização reside no Estado Nacional que, via instrumentos de políticas e sobretudo pela política econômica, impõe uma certa dissolução do pólo Estado Regional na contradição Estado Regional/economia estadual. Portanto, há o rebatimento de uma contradição sobre outra. Ao menos, na quadra histórica da fase depressiva do 1º ciclo capitalista no Brasil.

Para o que nos interessa aqui, sintetizemos: a primeira contradição (economia brasileira/economia gaúcha) revela a fragmentação interna da economia gaúcha; a segunda (Estado Regional/economia gaúcha) aponta uma tibia unidade em processo de desintegração pela presença de uma outra contradição atuando sobre ela (Estado Nacional/Estado Regional). No entanto queremos frisar que, apesar da delicada unidade, na segunda oposição, o Estado Regional tenta assumir as partes dispersas da economia. Por isso, pode-se falar sobre a economia gaúcha como parte, através da introdução da totalidade política na totalidade econômica.

APÊNDICE

Para uma apreciação do recente debate sobre a economia gaúcha em torno dos trabalhos da FEE, ver:

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **A agricultura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1978. (25 Anos de Economia Gaúcha, 3)

_____. **Análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1976. (25 Anos de Economia Gaúcha, 4)

_____. **A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista**. Porto Alegre, 1983. 1.t.

_____. **A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista**. Porto Alegre, 1983. 2.t.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Ensaio sobre a totalidade econômica**. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, 1982.

CASTAN, Nelson. A questão regional. **Informativo do Economista**, Porto Alegre, sociedade de Economia do Rio Grande do Sul, 21(70):10-1, maio 1982.

_____. Em busca de um paradigma conceitual para a melhor compreensão da economia gaúcha: uma réplica aos comentários. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, 4(1): 175-190, 1983.

EINLOFT, Cláudio. A crise gaúcha. **Zero Hora**, Porto Alegre, 29 jul. 1979.

_____. Ainda a questão regional. **Informativo do Economista**, Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul, 21(72):12-13, nov. 1982.

ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha & LIMA, Rubens Soares de. Apontamentos para uma discussão sobre a questão regional. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, 4(1): 151-166, 1983.

SOUZA, Enéas Costa de. Da dinâmica do capital à subordinação da economia gaúcha. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, 4(1):167-174, 1983.

FARIA, Luiz Augusto Estrella. A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, 4(1):191-196, 1983.

BIBLIOGRAFIA

- 1 – ALMEIDA, Pedro Fernando C. de & LIMA, Rubens Soares de. Apontamentos para uma discussão sobre a questão regional. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, 4(1):151-166, 1983.
- 2 – AURELIANO, Liana Maria. **No limiar da industrialização**. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- 3 – BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & TAVARES, Maria da Conceição. Ainda a controvérsia sobre a demanda efetiva: uma pequena intervenção. **Revista de Economia Política**, São Paulo, 1(3):107-112, jul./set. 1981.
- 4 – BRAGA, José Carlos de Souza. Instabilidade capitalista e demanda efetiva. **Revista de Economia Política**, São Paulo, 3(3):17-41, jul./set. 1983.
- 5 – CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial de São Paulo**. São Paulo, Difel, 1977.
- 6 – _____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil-1930/1970**. Campinas, 1981. (mimeo)
- 7 – CASTAN, Nelson. Em busca de um paradigma conceitual para a melhor compreensão da economia gaúcha: uma réplica aos comentários. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, 4(1):175-190, 1983.
- 8 – CASTRO, Antonio Barros de. A controvérsia da demanda efetiva. **Cadernos de Opinião**, Rio de Janeiro, (15):112-122, dez. 1979/ago. 1980.
- 9 – _____. A controvérsia da demanda efetiva e o deslocamento da questão. **Revista de Economia Política**, São Paulo, 1(4):110-115, out./dez. 1981.
- 10 – _____. Porque não Kalecki. In: _____. **O capitalismo ainda é aquele**. Rio de Janeiro, Forense/Universitária, 1979.
- 11 – ENSAIOS FEE. Porto Alegre, v. 4, n. 1, 1983.
- 12 – FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- 13 – FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Agricultura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1978. p.8 (25 Anos de Economia Gaúcha, 3).
- 14 – _____. **Análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1976. p.14 (25 Anos de Economia Gaúcha, 4)
- 15 – _____. Função exportadora da agricultura do Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos RS**, Porto Alegre, 5(1):155/170, jan./jun. 1977.
- 16 – _____. Função produtora de matérias-primas da agricultura do Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos RS**, Porto Alegre, 5(2):145/160, jul./dez. 1977.
- 17 – KALECKI, Michal. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. São Paulo, 1977.

- 18 – MARX, Karl. **O capital**; livro III. México, FEE, 1946.
- 19 – _____. **Un chapitre inédit du capital**. Paris, Union générale d'Éditions, 1971.
- 20 – MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- 21 – MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo, T.A. Queiroz, 1981.
- 22 – POSSAS, Mario Luiz & BALTAR, Paulo E.A. Demanda efetiva e dinâmica em Kalecki. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, 11(1): 107-160, abr. 1981.
- 23 – SERRA, José. Ciclo e mudanças estruturais na economia brasileira ao após guerra. **Revista de Economia Política**, São Paulo, 2(2):5-45, abr./jun. 1982. pt. 1.
- 24 – _____. Ciclo e mudanças estruturais na economia brasileira do após guerra. **Revista de Economia Política**, São Paulo, 2(3):111-135, jul./set. 1982. pt. 2.
- 25 – SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo, Alfa Omega, 1976.
- 26 – SOUZA, Enéas Costa de. Da dinâmica do capital à subordinação da economia gaúcha. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 4(1):167-174, 1983.
- 27 – TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro, /s.ed./, 1974. (Tese de livre docência, Universidade Federal do Rio de Janeiro).
- 28 – _____. **Ciclo e crise**. Rio de Janeiro, 1978. p.7, nota 1. (Tese para professora titular da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mimeo).